

Atuação junto ao aluno com deficiência intelectual: o que pensam os profissionais cuidadores

Cássia Aparecida Magna Oliveira

*Pedagoga. Mestre em Docência para a Educação Básica. Professora no apoio pedagógico no Colégio Batista Brasileiro.
E-mail: cassiamagoliveira@gmail.com*

Kátia de Abreu Fonseca

*Pedagoga. Doutoranda na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Educação, campus de Marília-SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social (GEPIS/Unesp/CNPq).
E-mail: katia.fonseca@unesp.br*

Anna Augusta Sampaio de Oliveira

*Livre-docente em Educação Especial. Coordenadora Adjunta do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI). Docente de Graduação e Pós-Graduação na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília-SP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social (GEPIS/Unesp/CNPq).
E-mail: anna.augusta@unesp.br*

RESUMO

O presente estudo aborda o papel do cuidador escolar na realidade de uma cidade do interior de São Paulo e objetivou pesquisar a percepção do cuidador sobre seu desempenho com alunos com deficiência intelectual. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, dirigido a 61 cuidadores de uma Secretaria Municipal de Educação, durante reunião de capacitação organizada pela Divisão de Educação Especial. Para fins de análise, os resultados foram agrupados em categorias de *perfil de cuidador*, *percepção de desempenho* e *prática profissional*, discutidas com base em documentos legais, incluindo aqueles específicos da Secretaria Municipal de Educação. Os resultados mostraram que o serviço de cuidador se apresenta em um movimento de consolidação no município em estudo, com 28% deles com graduação em Pedagogia, 38% com 4 a 6 anos e 11 meses de experiência profissional, 56% entende que seu papel seria o de responder às necessidades gerais ou específicas dos alunos e 44% consideram que alguns aspectos precisam ser alterados em relação à sua tarefa, como ter mais autonomia no trabalho, focar mais nas necessidades do aluno e ter uma atitude mais profissional. É importante considerar que o tema precisa ser mais explorado, a fim de construir um arcabouço teórico, pois na literatura ainda

há muita diversidade quanto à definição de cuidador escolar e suas atribuições no ambiente escolar. Contudo, podemos afirmar a necessidade dessa função na escola, pois isso pode propiciar maior bem-estar aos alunos, melhor organização do trabalho pedagógico e maior acesso desses alunos ao ambiente escolar e à realização de atividades educacionais.

Palavras-chave: Cuidador escolar. Deficiência intelectual. Atuação. Percepção.

Performance with students with intellectual disabilities: what professional caregivers think

ABSTRACT

The present study addresses the role of the school caregiver in the reality of a city in the interior of São Paulo and aimed to research the caregiver's perception of his performance with students with intellectual disabilities. Data collection was carried out through a questionnaire containing open and closed questions, addressed to 61 caregivers from a Municipal Education Secretariat, during a training meeting organized by the Special Education Division. For analysis purposes, the results were grouped into categories of caregiver profile, perception of performance and professional practice, discussed based on legal documents, including those specific to the Municipal Department of Education. The results showed that the caregiver service presents itself in a consolidation movement in the municipality under study, with 28% of them having a degree in Pedagogy, 38% with 4 to 6 years and 11 months of professional experience, 56% understands that their role would be to respond to the general or specific needs of the students and 44% consider that some aspects need to be changed in relation to their task, such as having more autonomy at work, focusing more on the student's needs and having a more professional attitude. It is important to consider that the theme needs to be further explored in order to build a theoretical framework, as there is still a lot of diversity in the literature regarding the definition of school caregivers and their attributions in the school environment. However, we can affirm the need for this function at school, as this can provide greater well-being to students, better organization of pedagogical work and greater access for these students to the school environment and to carrying out educational activities.

Keywords: School caregiver. Intellectual disability. Performance. Perception.

1 Introdução

A realidade contemporânea da inclusão educacional apresenta muitas transformações, havendo sobre ela um novo olhar e o fortalecimento de uma rede de ações frente às novas necessidades no atendimento aos alunos que estão no âmbito escolar regular. Tais demandas específicas direcionam as políticas públicas, de forma que estas contribuam para que as escolas possam consolidar uma educação inclusiva e de qualidade - no aspecto estrutural, pedagógico e de profissionais de apoio -, permitindo o acesso e a manutenção dos alunos no processo de escolarização.

É importante destacar que no âmbito escolar, entre os alunos, também estão os caracterizados como público-alvo da Educação Especial (PAEE), aqueles que, de acordo com Brasil (2008), apresentam deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD e Altas Habilidades/Superdotação – AH/SD.

A Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em seu art. 1º, garante à pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) os mesmos direitos conferidos às pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sob nº 13.146/15 (BRASIL, 2015), prevê, no capítulo I, que trata das Disposições Gerais, especificamente no parágrafo 2º, art. 3º, inciso XIII, o profissional de apoio aos alunos considerados como PAEE:

[...] profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

Anterior à LBI, o projeto de Lei nº 228, de 2014 (BRASIL, 2014), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), assegurando aos alunos público-alvo da Educação Especial, quando necessário, em virtude de dificuldades na realização de atividades básicas na vida diária, a assistência de cuidador nas escolas. Em consonância com esse projeto de lei, será utilizado neste texto o termo *cuidador*.

No entanto, não bastam as políticas públicas para que a situação escolar seja transformada; é preciso que tais políticas sejam implantadas, de fato, em benefício de um espaço inclusivo com relação aos alunos com deficiência intelectual. Alguns estudos, como de Viégas, Asbahr e Angelucci (2011) e Angelucci (2011), fazem reparos à implementação de políticas públicas que visam à inclusão, já que muitas vezes tais políticas não levam em conta a realidade escolar. Na visão desses teóricos, somente na escola é que será possível verificar a efetividade de ações que se propõem a colaborar para o processo de aprendizagem e desenvolvimento, o qual, de acordo com Vygotski (1997), possibilita a humanização do homem.

Tais apontamentos nos levam a pensar que estamos diante de políticas públicas que podem se concretizar de formas diferentes ou não se materializar, visto que no contexto escolar serão articuladas à cada realidade, que conta com múltiplas necessidades e percepções dos profissionais, que atuam imersos em suas concepções de como devem ser suas ações. Há que se destacar a importância da política pública como diretriz para a educação, mas sem se perder de vista que é preciso garantir a autonomia democrática de cada escola para tomar decisões sobre suas necessidades. O cuidador é um exemplo de que essa autonomia deve ser garantida, uma vez que, nos dias atuais, a escola pode estar sofrendo interferência de órgãos externos, por exemplo, do Ministério Público, quando esse faz valer a lei sobre o direito do aluno de ser assistido pelo profissional. Nessa situação, é necessário um diálogo maior, considerando-se as especificidades da escola e cada sujeito que, embora possa ser identificado como alguém com deficiência, pode não precisar de um cuidador, uma vez que esse profissional deve se ater a alguns aspectos específicos.

De acordo com os dispositivos legais (Federal e Municipal), o cuidador tem a função de auxiliar os alunos que apresentam necessidades na locomoção, alimentação, higiene e comunicação, distinguindo-se dos demais funcionários que atuam nas escolas e dos docentes - responsáveis diretos pela condução pedagógica dos alunos com e sem deficiência. Porém, apesar de suas funções específicas, o cuidador é um educador não docente, devido à

consolidação da escola como espaço educativo e à política de valorização dos trabalhadores em educação.

Dessa forma, são relevantes estudos que desvelem a atuação desse profissional. É o que objetiva este trabalho, que analisa a percepção do cuidador de alunos com deficiência intelectual, no contexto escolar, na realidade de um sistema de ensino numa cidade no interior de São Paulo.

1.1 O cuidador na escola: conceito em construção

Em 2014, foi proposto o projeto de Lei nº 228, aprovado em 2015 (BRASIL, 2014), que alterou o artigo 58 do § 1º, da LDB (BRASIL, 1996), que assegura um cuidador para alunos com deficiências e propõe a regulamentação da profissão - passo importante para o processo inclusivo. O documento também prevê que cabe a tal profissional auxiliar os alunos com limitações no exercício das atividades da vida diária, tais como locomoção, higienização, alimentação e comunicação, como mencionado anteriormente.

Há que se dizer que o termo *cuidador* e outros sinônimos estão presentes em diversos documentos anteriores a 2014, que embasam o processo de inclusão. Um deles é a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) (BRASIL, 2008), que cita o *cuidador* ou *monitor* como um dos elementos para a organização dos serviços especializados, cabendo a cada sistema de ensino disponibilizar as funções aos alunos que apresentem necessidades de apoio quanto à higiene, alimentação, locomoção, ou ainda, para outras atividades que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Outro importante marco legal foi a Lei Ordinária Federal nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, utilizando o termo *acompanhante especializado*.

A LBI, sob o nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, não utiliza o termo *cuidador*, mas sim, “profissional de apoio escolar”, descrito nesse texto anteriormente. Todavia, é possível inferir referência a esse profissional no capítulo referente à educação,

no art. 28, quando a norma incumbe o Poder Público de assegurar, no âmbito da educação, “serviços de acessibilidade”, “medidas individualizadas” e “profissionais de apoio”. Na literatura especializada também há menção a esse profissional, antes e após tal marco legal, como é o caso dos estudos de Giangreco e Broer (2005), num trabalho nos EUA, em que fazem alusão a *profissionais de auxílio* e levantam alguns aspectos como perfil, condições de valorização e qualificações.

No Brasil, Mousinho et al. (2010) trazem o termo *mediador*, conceituando-o como um profissional complementar para o processo escolar dos alunos em suas necessidades, e propondo, inclusive, uma atuação do mediador que se estenda à ação pedagógica.

Em estudo de Santos, Pereira e Farias (2016), apresentado no Congresso Internacional de Educação Inclusiva – (CINTED), foi utilizado o termo *cuidador escolar*. No trabalho, evidencia-se sua importância para a socialização e a diminuição de barreiras aos alunos PAEE. Ao mesmo tempo, ressalta-se que o profissional deveria participar mais do processo de ensino e aprendizagem, já que sua formação deve ser em Pedagogia.

Em trabalho recente, Drago e Oliveira (2018) usam o termo *Auxiliar de Vida Escolar (AVE)*. As autoras relatam um projeto desenvolvido na Rede Municipal de Educação de São Paulo por meio do qual ocorreu a criação da função de AVE e a delimitação das atribuições desse profissional: “[...] atividade de apoio às necessidades básicas dos educandos, não se confundindo com a tarefa pedagógica, de responsabilidade do professor[...].” (DRAGO; OLIVEIRA, 2018, p. 123). No estudo foi feita uma revisão de diversas publicações (MASSON; BRITO; SOUSA, 2008; GOMES; MENDES, 2010; ALBANO, 2015; CORDEIRO; VOLPATO, 2017), apontando-se um panorama de controvérsias na caracterização desse profissional, no que tange a terminologia, formação e atribuições. Em suas palavras:

[...] o que se pode observar que mesmo a legislação nacional parece não ter muito definida a terminologia, a função e a formação desse profissional que, se por um lado, pode ser característica de uma normativa geral, por outro, corre-se o risco de cada sistema estadual ou municipal organizar a ação desse profissional de forma particular, impedindo o avanço do

conhecimento sobre tal e interpondo confusões desnecessárias inclusive no diálogo com a comunidade escolar, com os familiares ou mesmo com o Ministério Público (DRAGO; OLIVEIRA, 2018, p. 117).

Observa-se que a definição da nomenclatura e da atuação desse profissional não está resolvida, não sendo suficientes as discussões e normas legais para uniformizá-las.

Contudo, nesse contexto, não há dúvida de que o cuidador é uma função necessária na escola, numa perspectiva inclusiva, visto que os auxílios nas atividades da vida diária, tais como locomoção, higienização, alimentação ou comunicação colaboram para o acesso e manutenção dos alunos na escola. Corroboram essa afirmação o estudo de Ghedini, Mancini e Brandão (2010), o qual demonstra que as escolas que oferecem tais auxílios se tornam mais acessíveis do que aquelas que não o fazem.

Ademais, a escola precisa assegurar que esse profissional seja parte da realidade escolar e de suas perspectivas, proporcionando-lhe um sentimento de pertencimento. Estabelecer boas relações com o cuidador e aprimorá-las é imprescindível, afinal o aluno com deficiência que necessita de ajuda estará suscetível à subjetividade do profissional (MEIRA, 2007; ANGELUCCI, 2011), que vai se constituindo na prática, nas relações no âmbito da escola e pela formação continuada.

1.2 A atuação do cuidador junto ao aluno com deficiência intelectual

Neste texto abordamos a deficiência intelectual apoiando-nos na Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2010)¹, que defende que os contextos nos quais a pessoa com a deficiência intelectual vive e o provimento de apoios² de que necessita são capazes de contribuir para seu desenvolvimento, aprendizagem, qualidade de vida, bem-estar e participação social. Nessa perspectiva, a identificação dos apoios, levando em conta sua duração, intensidade e frequência, deve ser considerada como parte de quaisquer projetos e momentos da vida da pessoa, em diversas situações e ambientes, como desenvolvimento humano, ensino e

aprendizagem, família, vida comunitária, participação escolar, bem-estar pessoal, saúde, segurança, comportamento, saúde e relações interpessoais.

De acordo com o projeto de Lei nº 228, aprovado em 2015 (BRASIL, 2014), se o aluno com deficiência intelectual tiver necessidade de apoio do cuidador, terá esse direito garantido para que possa ser auxiliado nas áreas da alimentação, vestuário, locomoção, higiene e comunicação. Esse auxílio é importante para o desenvolvimento de capacidades e para que o aluno possa manter-se no ambiente escolar, com suportes que atendam suas necessidades básicas de vida diária. Ainda que, se essas sejam funções básicas, de ordem primária, precisam ser transformadas em funções superiores, autorreguladas, para o que a ação do cuidador possa ser colaborativa.

1.3 O cuidador no contexto da Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do interior de São Paulo

Na Secretaria Municipal de Educação (SME) do município pesquisado, em que a pesquisa está contextualizada, as ações educacionais estão embasadas na Proposta Curricular da Educação Infantil (BAURU, 2016a) e no Currículo Comum do Ensino Fundamental (BAURU, 2016b), ambas com base na Teoria Histórico-Cultural, portanto numa concepção de sujeitos históricos (VYGOTSKI, 1997; GHIRELO-PIRES, 2012; OLIVEIRA, 2015), “inclusive aquele que teve o seu desenvolvimento dificultado pela deficiência” (SIERRA; FACCI, 2011, p. 129). Tais sujeitos necessitam de mediações que atendam suas necessidades educacionais para promover a aprendizagem e desenvolvimento, elementos fundamentais na objetivação de um processo educacional inclusivo.

O Currículo Comum do Ensino Fundamental (BAURU, 2016b) refere-se ao profissional cuidador e destaca sua importância:

A presença do cuidador contribui para um ambiente inclusivo, colaborando para que a escola tenha condições de proporcionar ao aluno com deficiência e necessidade educacional especial a efetiva participação em todas as atividades propostas, sendo elas pedagógicas e/ou recreativas

(intervalo, comemorações cívicas e passeios educativos (BAURU, 2016b, p. 513).

A função de cuidador na escola, na Secretaria Municipal de Educação, foi normatizada pela Lei nº 5.973, de 28 de setembro de 2010 (BAURU, 2010), que criou cargos de cuidador de crianças, jovens, adultos e idosos no quadro permanente de servidores públicos. Como requisito de formação, exige-se o Ensino Médio completo, não sendo obrigatória a formação no Ensino Superior.

Em conformidade com a referida lei e para garantir conhecimentos básicos específicos sobre higiene, cuidado, fases do desenvolvimento humano e básico de doenças, deficiências e síndromes e com habilidades como flexibilidade, facilidade de entendimento das diferentes formas de comunicação, eficiência no cuidado com o aluno assistido, acolhimento e trato com a diversidade, hábitos de colaboração e trabalho em equipe, a Prefeitura Municipal organiza o concurso público em três fases. A primeira é uma prova de conhecimentos gerais. A segunda, destinada aos candidatos aprovados na primeira fase, é um curso teórico e prático sobre conhecimentos específicos para o exercício da função, no qual são exigidos 100% de presença. Na terceira fase, há uma prova sobre os conteúdos específicos abordados durante o curso.

Vale ressaltar que, ao ingressar no cargo, o cuidador participa de uma capacitação prática realizada por entidade que atua na área da Educação Especial conveniada com a Prefeitura. Ademais, periodicamente, são oferecidos cursos de formação para a atuação na área.

A descrição do cargo disponível no edital do último concurso, publicado em 21 de março de 2019, estabelece, dentre tantas, como atribuições deste profissional,

[...] acompanhar e auxiliar o aluno com deficiência visual, intelectual, física, múltiplas e síndromes a se cuidar nas atividades de vida diária, pedagógicas, lúdicas e artísticas; e portar-se de maneira comprometida contra qualquer preconceito que venha a afetar o aluno no âmbito escolar, colaborando para o processo de inclusão (BAURU, 2019).

Ainda quanto às atribuições do cuidador, o referido documento, de acordo com Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (BRASIL, 2002), detalha inúmeras situações. Com o intuito de observar as atribuições da mais geral à mais específica, elas foram reorganizadas, no Quadro 1, em três categorias: geral, direto com os alunos e junto ao professor:

Quadro 1 – Divisão das atribuições por categorias

Geral	<ol style="list-style-type: none">1. Atender os alunos e pais/responsáveis com cordialidade nos horários de entrada e saída;2. Observar o estado geral dos alunos quando de sua chegada e saída e informar imediatamente à direção da unidade escolar quaisquer fatos relevantes referentes à saúde do aluno;3. Seguir orientações recebidas de profissionais responsáveis (fisioterapeutas e fonoaudiólogos) quanto à alimentação e às trocas;4. Comunicar por escrito à equipe da unidade escolar e posteriormente, com autorização da direção, aos pais ou responsáveis situações não associadas ao comportamento rotineiro do aluno;5. Informar à direção qualquer observação relevante transmitida pelos pais ou responsáveis;6. Transmitir, por escrito, aos responsáveis quaisquer avisos ou recados da equipe da unidade escolar;7. Observar e registrar fatos ocorridos durante a permanência do aluno na escola, a fim de garantir seu bem-estar e desenvolvimento;8. Participar ativamente do processo de integração da escola-família-comunidade, e demais reuniões que tratem de aspectos relacionados ao aluno assistido, constituindo-se em agente de promoção de escola inclusiva.9. Eventualmente auxiliar em outras atividades afins;10. Portar-se de maneira coerente com seu papel de cuidador;
Práticas com o aluno	<ol style="list-style-type: none">11. Realizar procedimentos de higiene pessoal (banho seguido de trocas de roupas e/ou fraldas) quando o aluno não conseguir realizá-los com independência, zelando pelos seus pertences;12. Servir a alimentação nos horários determinados por nutricionista (quando necessário); orientando os alunos quanto à correta postura à mesa, assegurando o êxito da alimentação como parte do processo educativo;13. Orientar, proteger e cuidar para que o aluno permaneça ou transite com segurança por meio de cadeira de rodas, andador, muleta, bengala, entre outros, nos diferentes ambientes da unidade escolar;14. Cuidar para o conforto e a boa acomodação quando do uso de cadeira de rodas, órtese, prótese, tampão, aparelho auditivo; bem como prever situações de risco para o aluno, principalmente quando da prática de novas atividades;15. Exercitar a comunicação verbal, não verbal por meio de expressões faciais e corporais, alternativa e aumentativa e LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais) quando necessário para valorização de sua expressão e como meio de adquirir sua confiança.16. Acompanhar e auxiliar os alunos em atividades na unidade escolar ou fora dela;

	<p>17. Acompanhar e orientar os alunos na rotina de sala de aula (estruturada pelo professor), nas atividades recreativas durante o intervalo, e como cuidar com solicitude e responsabilidade da segurança dos mesmos no pátio, ao ar livre e na área de lazer;</p> <p>18. Estimular o desenvolvimento do aluno, respeitando seus valores, sua individualidade, sua faixa etária e seus diferentes níveis de desenvolvimento físico, emocional, sensorial, cognitivo e social;</p> <p>19. Acompanhar de forma individualizada, inclusive em sala de aula (seguindo orientações prévias da direção, do professor da sala regular e dos profissionais da sala de recursos/itinerância) o processo educativo dos alunos, estimulando-os a participar efetivamente de todas as atividades no grupo;</p>
<p>Com o professor</p>	<p>20. Auxiliar o professor na confecção de adaptações de materiais pedagógicas (orientado por Terapeuta Ocupacional) e de espaço físico para prover a acessibilidade física e curricular;</p> <p>21. Atender às solicitações da direção e dos professores em situações que envolvam o aluno assistido.</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se que a forma como o documento apresenta as funções pode ocasionar entendimento equivocado, haja vista que ele utiliza termos que versam sobre a ação pedagógica. Entretanto, “ao cuidador não compete avaliar e planejar atividades propostas em salas de aula, pois o cargo não exige formação para tal atuação. Sua atuação será sempre dirigida e supervisionada pelo professor da sala comum e pelo professor especialista/Itinerante” (BAURU, 2016b, p. 513).

Nesse sentido, faz-se necessário ouvir os cuidadores da SME deste município no que se refere ao seu perfil e à sua percepção das atividades que realizam nas escolas.

2 Percorso Metodológico

A fim de alcançar o objetivo proposto e apresentar a realidade do cuidador do sistema de ensino, foram entrevistados 61 servidores públicos, não docentes, considerados na sua especificidade como cuidadores de um sistema educacional municipal de ensino de uma cidade do interior de São Paulo. Todos são atuantes em escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e

Educação de Jovens e Adultos, junto às salas de ensino comum, subordinados à Divisão de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação.

O questionário, composto por questões abertas e fechadas, enfocando a percepção do cuidador sobre seu papel na escola junto ao aluno que apresenta deficiência intelectual, foi aplicado em um encontro de formação organizado pela Divisão de Educação Especial, responsável pela organização, logística e acompanhamento das ações realizadas nas escolas pelos profissionais que atuam na Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar. Nesse caso, a reunião era específica para os profissionais Cuidadores.

Todos os participantes responderam ao questionário ao mesmo tempo, na mesma sala, com orientações de preenchimento dadas ao coletivo. As questões versavam sobre formação, nível de ensino e tempo de serviço, quantidades de alunos, percepção sobre sua função e prática profissional com alunos que apresentam DI. A coleta foi realizada antes de a formação começar para que as informações não interferissem nas respostas. As respostas foram solicitadas tanto por questões abertas quanto por fechadas com múltipla escolha.

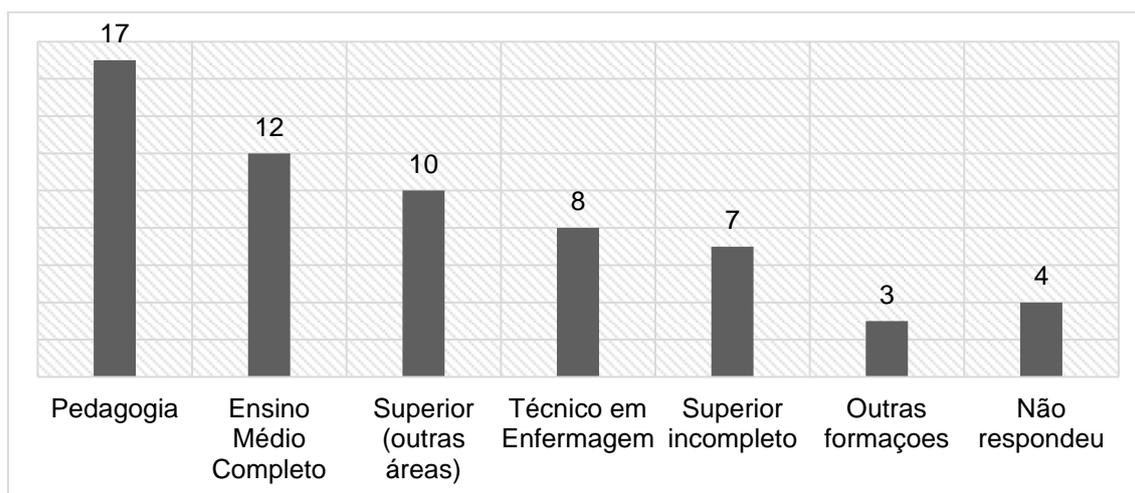
Para fins de análise, os resultados foram agrupados em três eixos: 1) perfil do cuidador; 2) percepção dos cuidadores sobre sua atribuição e função; e 3) prática profissional. Buscamos verificar as semelhanças e as diferenças das respostas, que foram discutidas com base nos documentos legais, incluindo-se os documentos específicos sobre cuidador da Secretaria Municipal de Educação do município.

3 Resultados e Discussão

3.1 Perfil dos cuidadores

Na categoria *perfil do cuidador*, as primeiras questões foram abertas e tiveram a finalidade de traçar o perfil dos cuidadores quanto a formação, nível de ensino e tempo de trabalho. Os resultados são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico1 – Formação dos cuidadores (n = 61)



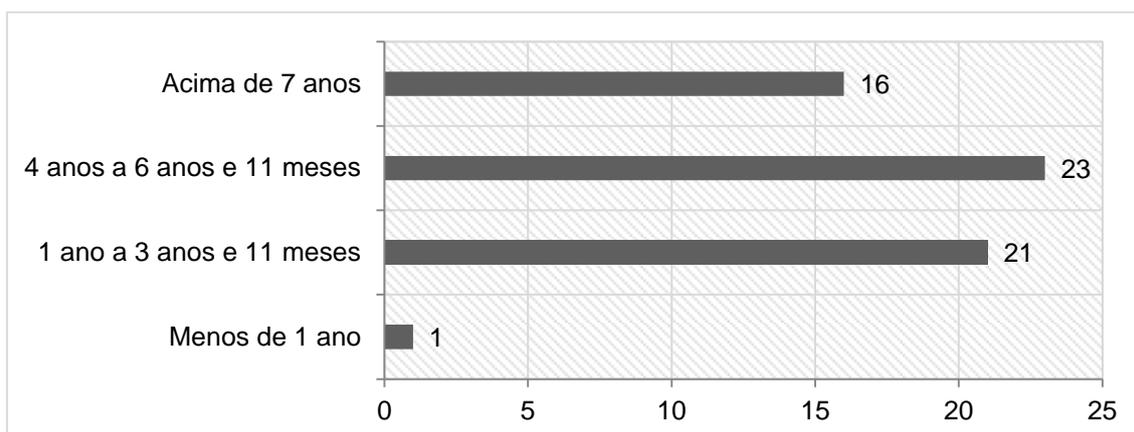
Fonte: Elaborado pelas autoras.

A diversidade na formação pode ser justificada pelo fato de a exigência mínima de formação para o ingresso ao cargo ser o Ensino Médio completo. Contudo, observa-se que a formação que mais se destaca é em Pedagogia, com 17 (28%) cuidadores com tal formação, seguida do Ensino Médio completo, com 12 (19%), e o superior em outras áreas, com 7 (16%), como assistente social, direito, comunicação social e educação física. Oito (13%) dos cuidadores possuem formação em Técnico em Enfermagem, sete (11%) possuem superior incompleto e três (5%) deles possuem outras formações, como técnico em laboratório, cuidador ou realizou capacitação pela Diretoria de Educação Especial.

No que se refere à modalidade de ensino em que atuam 34 (56%) dos cuidadores atuam na Educação infantil, 17 (28%) no ensino fundamental, dois (3%) com atuação no ensino fundamental I e II, um (2%) atua tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental e seis (10%) não responderam. Ocorre predominância na educação infantil porque o município tem um número maior de escolas nesse nível de ensino.

Em relação ao tempo de serviço dos cuidadores encontramos a seguinte configuração (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Tempo de serviço dos cuidadores do município (n = 61)

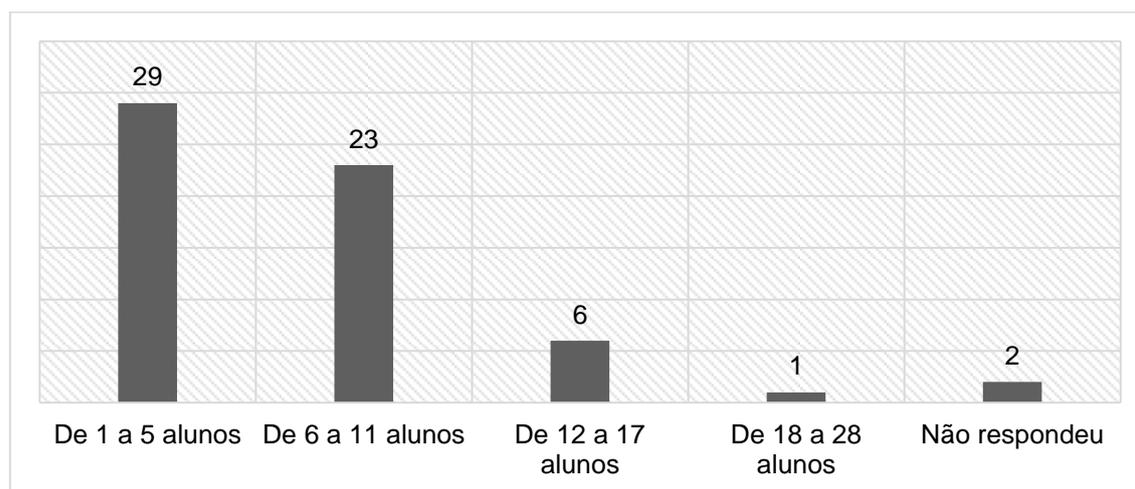


Fonte: Elaborado pelas autoras.

Considerando que o cargo de cuidador na cidade foi criado em 2010, é possível visualizar que existem cuidadores em atuação desde o primeiro concurso, sendo 16 deles com sete ou mais anos de experiência, 23 deles possuem de quatro a seis anos de trabalho, 21 com um ano a três anos de trabalho e um deles com menos de um ano de trabalho, o que aponta a realização de concursos recentes pelo município.

Quanto à quantidade de alunos sob responsabilidade dos cuidadores, os seguintes dados foram obtidos (Gráfico 3):

Gráfico 3 – Quantidades de alunos por cuidador (n = 61)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Gráfico 3 nos permite observar que 29 (47%) cuidadores são responsáveis pelo cuidado de um a cinco alunos, 23 (38%) deles se

responsabilizam por seis a onze alunos, o que pode ser considerado uma quantidade adequada, embora não tenhamos os dados que pudessem relacionar com o nível de ensino do aluno e sua condição. Contudo seis cuidadores (10%) estão com 12 a 17 alunos e um cuidador com 18 a 28 alunos, o que pode não ser muito adequado, a depender das tarefas desempenhadas e da faixa etária desses alunos. Lembrando que 34 cuidadores, representando 56% deles atuam na educação infantil, 17 (28%) no ensino fundamental e os outros atuam em ambos os níveis de ensino, sendo que apenas dois deles (3%) atuam no ensino fundamental-ciclo 2, portanto, os dados apontam para uma atuação preponderante na educação infantil e fundamental-ciclo 1, o que nos leva a ponderar que estar responsável por mais de 20 alunos pode revelar uma situação pouco favorecedora para o desempenho de sua função.

No item a seguir discutiremos a função dos cuidadores e a percepção dos mesmos sobre sua atuação e a implicação sobre o desenvolvimento dos alunos.

3.2 Percepção dos cuidadores sobre sua função e atuação

Na tentativa de compreender como os cuidadores conceituam e percebem sua função e sua própria atuação perguntamos: “O que é ser cuidador (a) escolar?”. As respostas puderam ser classificadas em três categorias, relacionadas às necessidades dos alunos e são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias sobre a atuação dos cuidadores

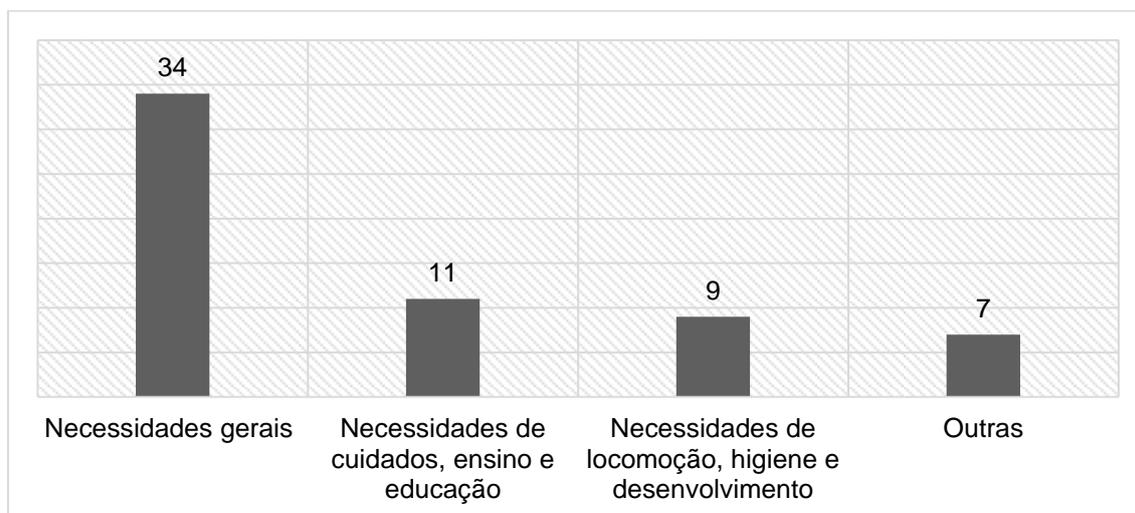
Categorias	Descrição
Necessidades gerais	Respostas que incluem várias necessidades dos alunos, seja de cuidado, saúde, educação, carinho entre outras.
Necessidades de cuidados, ensino e educação	Respostas que focam os cuidados e a necessidade de ajudar para ensinar e educar os alunos.
Necessidades de locomoção, higiene e desenvolvimento	Respostas que focam a função específica do cuidador de locomoção,

	higiene e desenvolvimento.
Outras	Respostas que não focam as necessidades dos alunos.

Fonte: Elaboração das autoras.

Com base na análise das respostas e a relação com o quadro de categorias, chegamos ao seguinte resultado:

Gráfico 4 – Percepção dos cuidadores sobre sua atuação (n = 61)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Podemos perceber que 34 (56%) dos cuidadores consideram que a atuação do cuidador escolar se relaciona às necessidades gerais do aluno e consideram que é preciso:

Assistir, auxiliar, cuidar do aluno com deficiência em suas mais variadas síndromes, tanto na área de educador quanto saúde, quando ele não faz sozinho, e colaborando com sua autonomia e independência, praticando inclusão (C09) (informação verbal);

Alcançar o desenvolvimento integral da criança e ver a evolução de todo trabalho executado (C25) (informação verbal);

Cuidar e zelar pelo bem-estar da criança a ser atendida (C44) (informação verbal);

Pessoa que auxilia no trato dos alunos com deficiência (C60) (informação verbal);

Ser participativo e dar apoio às necessidades dos alunos (C14) (informação verbal).

Observamos um envolvimento importante dos cuidadores com os alunos e uma preocupação em auxiliá-los em vários aspectos como saúde, autonomia, independência, bem-estar etc. Isso denota responsabilidade com sua atuação e o desempenho de sua função. Contudo, extrapolam a função específica que deveriam cumprir e, no limite, pode até demonstrar uma concepção protecionista em relação àqueles com deficiência.

Onze (18%) cuidadores consideram que devem responder às necessidades de cuidados, ensino e educação com os seguintes argumentos:

Gostar de trabalhar com crianças e ajudar a entender o conteúdo (C02) (informação verbal);

Misto de funções que pais e professores exercem (C44) (informação verbal);

Ser o mediador entre a criança e a escola (C14) (informação verbal);

Ser responsabilizado pelos cuidados, educação e ensino dos alunos (C60) (informação verbal).

Como vemos, a preocupação em mediar o processo de ensino para que o aluno compreenda o conteúdo e até mesmo exercer funções da família e dos professores estão presentes na percepção dos cuidadores, entretanto, isso é bastante complexo se considerarmos que 17 (28%) deles possuem formação em Pedagogia. Contudo, 40 (66%) deles não possuem formação pedagógica e quatro não responderam a questão, portanto, não temos como saber se estariam habilitados profissionalmente para o exercício do ensino. De qualquer forma, a função de cuidador escolar não inclui o papel didático do ensino, embora, logicamente, ele pode ser considerado, numa abordagem ampla, como um educador.

Nove (15%) dos cuidadores localizam sua função nas necessidades de locomoção, higiene e desenvolvimento do aluno, percepção mais alinhada à proposta que se tem colocado no plano global, ou seja, alguém para garantir

que esse aluno tenha suas necessidades básicas atendidas para que possa acessar o currículo escolar. Comentam o seguinte:

Zelar pela criança sem permitir danos à sua integridade física e psicológica, prestar cuidados de higiene e oferecer auxílio, com paciência (C23).

Também encontramos sete (11%) cuidadores que deram outras respostas como:

Dedicação, amor e retorno (C12) (informação verbal);

Ética (C35) (informação verbal);

Poder ajudar aqueles que necessitam (C57) (informação verbal).

Pelos dados, podemos perceber que ainda é confusa a percepção dos cuidadores sobre a sua função e como deve atuar com os alunos com DI, uma vez que apenas 15% dos respondentes focaram o papel definido na legislação e 74% consideram ou que devem atender suas necessidades gerais (56%) ou necessidades de cuidados, ensino e educação e 11% não respondeu à questão e, embora não saibamos seus motivos, poderíamos inferir que tiveram dúvidas sobre como definir tal função. Obviamente o que observamos está relacionado com a própria discussão na literatura e mesmo na legislação, pois ao considerar os cuidadores como participantes da esfera escolar e também educadores, acaba-se por confundir o seu papel, uma vez que ser educador num sentido amplo não significa ser responsável em ensinar tais alunos, mas sim possibilitar que suas condições de locomoção, higiene e alimentação sejam atendidas para garantir o seu bem-estar e, como consequência, possibilitar seu acesso curricular para aprendizagem.

Certamente, a relação do cuidador com a família é um aspecto importante, uma vez que ele exerce uma função da maior importância que é a manutenção do bem-estar do aluno. Assim, perguntamos, por meio de questões fechadas, sobre a parceria com o aluno e com a família,

questionando sobre a relação do aluno e da família com o cuidador e vice-versa, do cuidador com a família.

Ao ser perguntado sobre a iniciativa do aluno em procurar o cuidador para solicitar ajuda na realização de alguma tarefa específica, 50 (82%) profissionais responderam positivamente; e ao perguntar se são procurados pelos alunos para ajudá-los em todas as tarefas, 22 (36%) responderam que sim. Esses dados demonstram confiabilidade dos alunos em relação aos seus cuidadores, entretanto, se pensarmos nos 22 casos que sempre solicitam ajudam em tudo, parece haver certa dependência do cuidador pelo aluno.

Em relação à interação com as famílias, 36 (59%) cuidadores responderam que as famílias procuram o cuidador para conversar sobre o andamento das atividades, o que colabora no processo de escolarização dos seus filhos e, como já pontado, é de suma importância para que, segundo Meira (2007), Angelluci (2011) e Oliveira (2015), o cuidador possa conhecer a realidade do aluno e seus hábitos. De forma geral, é possível verificar que existe uma relação entre cuidadores e responsáveis pelos alunos com DI, o que pode resultar numa melhor adequação do trabalho desenvolvido e, certamente, poderá trazer implicações para o desenvolvimento do aluno.

3.3 Percepção dos cuidadores sobre sua prática profissional

Como pudemos perceber na literatura e observar pelos dados até aqui, a prática profissional do cuidador ainda está num processo de construção, seja por ser uma função escolar recente, seja devido às dificuldades presentes na escola, ao trabalhar com alunos que possuem maiores comprometimentos em seu desenvolvimento motor, linguístico ou de autonomia nas atividades de higiene. Dessa forma, não é de se estranhar que algumas atribuições se confundam entre o cuidar, o educar e o ensinar.

Assim, para investigar a percepção dos cuidadores sobre sua prática profissional, perguntamos se ele mudaria sua prática em relação ao aluno com deficiência intelectual e 27 (44%) deles responderam que sim, 14 (23%) que não e 20 (33%) cuidadores não responderam à questão. Entre os que responderam que sim, seis (22%) deles não justificaram suas respostas e 21

(78%) cuidadores apresentaram argumentos que puderam ser categorizados da seguinte forma (Gráfico 5):

Gráfico 5 – Justificativas em relação à necessidade de mudanças na prática profissional dos cuidadores (n = 27)



Fonte: Elaboração das autoras.

Os cuidadores trouxeram vários aspectos para justificar sua percepção sobre a necessidade de mudanças em sua prática profissional, sendo que 14 deles (52%) consideram a questão da autonomia como um ponto importante em sua atuação, mesmo em relação ao tempo para o trabalho com o aluno com DI e, um deles pondera sua impossibilidade, pois depende da autorização do professor. Algumas de suas falas estão ilustradas a seguir.

Gostaria de ter mais autonomia (C05) (informação verbal);

Gostaria de ter mais tempo (C48) (informação verbal);

Adoraria mudar, mas não posso. Vindo dos professores nada muda (C23) (informação verbal).

Preocupante a resposta do cuidador (C23) em relação à sua percepção sobre a indisposição do professor em mudar. Quais seriam os motivos para afirmar isso? Estaria ele percebendo alguma imobilidade pedagógica do

professor em relação ao aluno DI? Da mesma forma, observamos nove (34%) dos cuidadores apontando ser necessário focar mais naquilo que o aluno precisa, seja relacionado às atividades pedagógicas, materiais, recursos, ou mesmo à comunicação alternativa. Apontam da seguinte forma:

Dão preferência para algumas crianças por causa da família e não pela real necessidade (C61) (informação verbal);

Gostaria que o professor aplicasse mais atividades específicas (C23) (informação verbal);

Sairia mais da sala de aula, trabalharia mais a concentração (C07) (informação verbal);

Precisa de mais técnicas adaptadas (C35) (informação verbal);

Adaptações de materiais (C28) (informação verbal);

Intensificar a comunicação concreta e comunicação alternativa (C12) (informação verbal).

Os cuidadores se remetem a questões importantes relacionadas às práticas pedagógicas em sala de aula, como melhor adequação das tarefas a serem apresentadas para os alunos e, fator importante, o trabalho com a comunicação.

Dois (7%) deles comentam a necessidade de se manter uma postura mais profissional, sem tanto envolvimento emocional e sem assumir funções que não se relacionam com suas atribuições. Dizem o seguinte:

Usaria mais o profissional ao invés do emocional (C59) (informação verbal);

Muitas vezes acabamos desempenhando papéis que não são nossos, segregando o restante (C32) (informação verbal).

Fatores importantes para não assumir uma postura paternalista com os alunos DI e, sim, uma postura capaz de levá-los ao desenvolvimento de autonomia e independência em suas ações e atitudes. Observamos, também, dois (7%) cuidadores consideram que o trabalho está adequado.

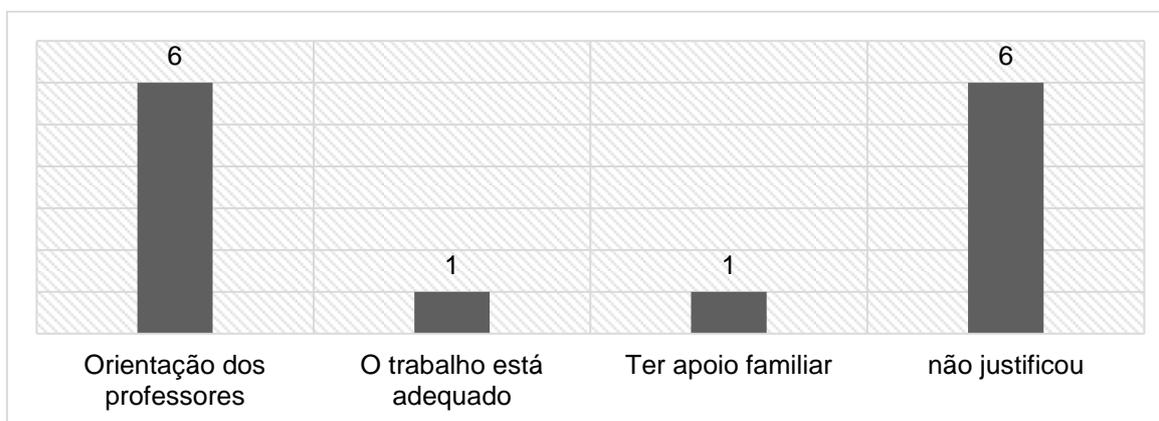
Ainda não trabalhei com aluno DI, mas todos que passam por atendimento têm melhorado (C49) (informação verbal);

Trabalho maravilhoso, continuação de uma mãe (C02) (informação verbal).

Importante a percepção dos cuidadores sobre a relação entre o atendimento do cuidador e a melhora do aluno, embora não saibamos exatamente a que tipo de melhora se refere, por outro lado, a fala de C02 que identifica o seu trabalho como o de uma mãe, pode estar apontando certa confusão em sua função que, diferentemente de uma mãe ou da atuação doméstica, a prática do cuidador está diretamente ligada ao fator de acessibilidade do aluno às tarefas e atividades escolares e, da mesma forma, sua fala pode revelar uma relação mais emocional do que profissional.

Entre os que responderam que não, seis (43%) deles não justificaram sua opinião e os oito (57%) que justificaram utilizaram os seguintes argumentos (Gráfico 6):

Gráfico 6 – Justificativas em relação à manutenção da prática profissional dos cuidadores (n = 14)



Fonte: Elaboração das autoras.

Observamos que para seis (43%) cuidadores, a manutenção da prática profissional tal como está se justifica devido ao fato de estarem submetidos à orientação do professor, um (7%) deles considera que o trabalho está adequado e um (7%) que não seria o caso de se mudar a prática, mas de

contar com mais apoio familiar. Ao se referirem a orientação do professor apontam o seguinte:

A professora regular com a especialista tem a liberdade de esquematizar, pensando e agindo em sincronia e sintonia. Nem sempre dá certo, mas tentamos (C23) (informação verbal);

O que me é orientado procuro executar com solicitude e tenho visto os objetivos sendo alcançados (C10) (informação verbal);

Seguimos orientações dos professores (C31) (informação verbal).

Pelas falas nos parece que os cuidadores estabelecem uma relação positiva com os professores, seguindo suas orientações e conseguindo observar o alcance de alguns objetivos, apesar de explicitarem quais seriam.

Todas as respostas são muito ricas e apontam o movimento de constituição de uma recente função escolar, a do cuidador, tão necessária para que o aluno com DI tenha suas necessidades básicas respondidas e possa, então, acessar as tarefas e as atividades escolares, as quais, certamente, propiciarão seu desenvolvimento em direção às funções psicológicas superiores (VYGOTSKI, 2000), ou seja, aquelas funções especificamente humanas, de autorregulação, criatividade, raciocínio, linguagem entre outras.

4 Conclusões

O estudo teve como objetivo analisar a percepção do cuidador-escolar quanto à sua atuação junto aos alunos com DI, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do interior de São Paulo. Pudemos observar que suas percepções em relação à sua função e atribuição se relacionam com os apontamentos da literatura.

A função de cuidador na SME se encontra num momento de consolidação, respeitando a legislação federal ao regular essa função por meio de documentos municipais, o que nos permite inferir que há um movimento na busca de atender as necessidades específicas de todos os alunos, inclusive daqueles com DI, como foi o caso de nosso estudo.

Os cuidadores apresentam diferentes formações, porém 28% deles são formados em Pedagogia que, se por um lado pode propiciar uma postura mais educacional, por outro, pode contribuir para se confundir com uma atuação mais pedagógica do que de cuidados básicos. Eles são contratados por meio de concurso público e recebem cursos de formação antes do início na função e depois em forma de formação continuada.

As percepções dos cuidadores em relação ao aluno com deficiência intelectual, sujeito da pesquisa, é a de que se deve construir uma ponte que ligue suas atribuições às necessidades educacionais desses escolares, contudo foi possível perceber certa indefinição sobre seu papel, entre o cuidar e possibilitar o acesso às tarefas escolares e educacionais ou, além disso, atuar como um suporte pedagógico ao professor em sala de aula.

Ainda que os cuidadores participantes da pesquisa sejam de uma mesma secretaria, suas percepções são bem diferenciadas, de acordo com sua realidade, com o aluno que recebe os seus cuidados e sua interpretação acerca do que deve fazer, além, obviamente, da relação que estabelece com sua própria concepção da deficiência em si e das possibilidades de cada um dos alunos.

É importante também considerar que o tema precisa ser mais explorado, a fim de que se amplie e consolide o arcabouço teórico, visto que na literatura o termo *cuidador* não se apresenta consolidado, nem na dimensão conceitual, nem na dimensão das atribuições. São mais evidenciados na literatura os cuidados voltados ao âmbito da saúde e cuidados domésticos a pessoas idosas e àquelas com deficiência em diversas faixas etárias. O cuidador é tido como sinônimo de responsável, podendo ser até mesmo uma pessoa da família. São raras as menções ao cuidador-escolar, objeto desse trabalho, que se pautou na legislação vigente em nosso país e no movimento de consolidação de tal função.

O que podemos afirmar com certa segurança é sobre absoluta necessidade de um profissional que atue na escola para oferecer e propiciar os cuidados básicos de alimentação, higiene e locomoção para os alunos que necessitem. Isso possibilitará maior bem-estar aos alunos, melhor organização

do trabalho pedagógico e ampliação do acesso desses alunos ao ambiente escolar e à realização das atividades escolares e educacionais.

Referências

ALBANO, P. B. *Quando o acompanhamento terapêutico encontra a escola: a construção de uma prática intercessora*. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES [AAIDD]. *Definition of Intellectual Disability*. Washington, DC: AAIDD, 2010. Disponível em: https://www.aaid.org/intellectual-disability/definition#.WxL6BmeG_IU. Acesso em: 26 ago. 2020.

ANGELUCCI, C. B. A inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais na Rede estadual de São Paulo: a dissimulação da exclusão. *In: VIÉGAS, L. S.; ANGELUCCI, C. B (Org.). Políticas públicas em educação: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 187-225.

BAURU. Secretaria Municipal de Administração. *Concurso Público*. Edital nº 06/2019. Para o provimento do cargo público efetivo de Agente Educacional – Cuidador de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos. Bauru: Secretaria Municipal de Administração, 2019. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_concursos/concursos_documentos/concurso_300/concurso_300_anexo_1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BAURU. Secretaria Municipal de Educação. *Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru/SP*. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016a. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_educacao/proposta_pedagogica_educacao_infantil.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BAURU. Secretaria Municipal de Educação. *Currículo Comum para o Ensino Fundamental Municipal*. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016b. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_educacao/curriculo_ef_2.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BAURU. Prefeitura Municipal de Bauru. *Lei nº 5.973, de 28 de setembro de 2.010*. Cria cargos de Cuidador de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos no Quadro Permanente de Cargos Efetivos da Prefeitura Municipal de Bauru. Bauru: Prefeitura Municipal de Bauru, 2010. Disponível em: https://sapl.bauru.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/6153_texto_integral.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com

Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Secretaria-Geral, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de lei do senado nº 228, de 2014*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, quando necessário, assegurar ao educando com deficiência a assistência de cuidador nas escolas. Brasília: Senado Federal, 2014. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/118223>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Instituída por Portaria Ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002. Brasília: Ministério do Trabalho, 2020. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CORDEIRO, C. M.; VOLPATO, M. T. O. O papel do tutor no contexto da educação inclusiva: formação e dificuldades. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, n. 9, p. 9-24, 2017.

DRAGO, S.; OLIVEIRA, A. A. S. Auxiliar de vida escolar: análise do projeto Rede do município de São Paulo. In: OLIVEIRA, A. A. S.; PAPIM, A. A. P.; PAIXÃO, K. M. G. (Org.). *Educação Especial e Inclusiva: contornos contemporâneos em educação e saúde*. Curitiba: CRV, 2018. p. 111-135.

GHEDINI, L. S. L.; MANCINI, M. C.; BRANDÃO, M. B. Participação de alunos com deficiência física no contexto da escola regular – revisão de literatura. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 1-9, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14079>. Acesso em: 26 ago. 2020.

GHIRELO-PIRES, C. S. A. Formas usuais de entendimento sobre a Síndrome de Down e a teoria Histórico Cultural. In: BARROCO, S. M. S.; LEONARDO, N.

S. T.; SILVA, T. S. A. (Org.). *Educação Especial e Teoria Histórico-Cultural: em defesa da humanização do homem*. Maringá: Eduem, 2012. p. 13-21.

GIANGRECO, M. F.; BROER, S. M. Questionable Utilization of Paraprofessionals in Inclusive Schools: Are We Addressing Symptoms or Causes? *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities*, v. 20, n. 1, p. 10-26, 2005.

GOMES, C. G. C; MENDES, E. C. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 16, n. 3, p. 375-396, 2010.

MASSON, L. P., BRITO, J. C.; SOUSA, R. N. P. O trabalho e a saúde de cuidadores de adolescentes com deficiência: uma aproximação a partir do ponto de vista da atividade. *Saúde Social*, São Paulo, v. 17, n. 4, p.68-80, 2018.

MEIRA, M. E. M. Psicologia Histórico-cultural: fundamentos, pressupostos e articulações com a Psicologia da Educação. In: MEIRA, M. E. M; FACCI, M. G. D. (Org.). *Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 27-62.

MOUSINHO, R. et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. *Rev. Psicopedagogia*, São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v27n82a10.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. A. S. *Estudos na área da deficiência intelectual: avaliação pedagógica, aprendizagem e currículo escolar*. 2015. 358 f. Tese (Livre-docência em Educação Especial) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

SANTOS, W.; PEREIRA, L. G.; FARIAS, A. L. P. A importância do cuidador escolar na educação de alunos com necessidades educativas especiais: da educação especial no modelo segregado a perspectiva da educação inclusiva. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2., 2016, Campina Grande. Anais II CINTEDI. Campina Grande: 2016.

SIERRA, D. B.; FACCI, M. G. D. A educação de pessoas com deficiência intelectual: aprendizagem promove desenvolvimento. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 40, n. 26, p. 128-150, Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4043>. Acesso em: 20 ago. 2020.

VIÉGAS, L. S.; ASBAHR, F. S. F.; ANGELUCCI, C. B. Apresentação. In: VIÉGAS, L. S.; ANGELUCCI, C. B (Org.). *Políticas públicas em educação: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 9-21.

VYGOTSKI, L. S. *Problemas del desarrollo de la psique*. Obras Completas. Tomo Três. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 2000.

VYGOTSKI, L. S. *Fundamentos da Defectologia*. Obras completas. Tomo Cinco. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

Notas de fim de página

¹ A AAIDD (2010, p. 1) define que deficiência intelectual “[...] é a deficiência caracterizada por limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que envolve habilidades conceituais, sociais e práticas. Essa deficiência origina-se antes dos 18 anos de idade”.

² De acordo com AAIDD (2010), os apoios podem ser: **Intermitente** – apoio efetuado apenas quando necessário; **Limitado** – apoio intensivo caracterizado por duração contínua, por tempo limitado, mas não intermitente; **Extensivo** – apoio caracterizados pela regularidade, normalmente diária, em alguma área de atuação, tais como na vida familiar, social ou profissional; **Permanente (Constante)** – apoio constante e intenso, necessário em diferentes áreas de atividade da vida. Os apoios são recursos e estratégias que melhoram o funcionamento humano e devem ser alinhados às necessidades individuais de suporte.